



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 22 de Dezembro de 2003 (08.01)
(OR. en)**

16352/03

**COPEN 136
EJN 20
EUROJUST 23**

NOTA DE ENVIO

de: John GRANT, Representante Permanente, Reino Unido
Data de 19 de Dezembro de 2003
recepção:
para: Javier SOLANA, Secretário-Geral/Alto Representante

Assunto: Execução do mandado de detenção europeu no Reino Unido

Ex.mo Sr. Secretário-Geral,

Tem a presente por objectivo notificar V. Ex^a de que a Lei de Extradicação de 2003 do Reino Unido foi promulgada em 20 de Novembro e entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2004. O referido diploma transpõe a Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu (2002/584/JAI) para a legislação do Reino Unido. Além disso, a Lei de Extradicação de 2003 actualiza a forma como o Reino Unido tratará os pedidos de extradição provenientes de países não abrangidos pelo mandado de detenção europeu. Em conformidade com o disposto na referida decisão-quadro, o Reino Unido gostaria de fazer as seguintes notificações:

Notificação nos termos do n.º 3 do artigo 6.º

A autoridade judiciária de emissão referida no n.º 1 do artigo 6.º da decisão-quadro será:

- a) para os pedidos apresentados pela Inglaterra e pelo País de Gales: um *District Judge (Magistrates' Courts)* ["juiz local - tribunais correcionais"]; um julgador de paz ou um juiz habilitado a exercer a jurisdição do *Crown Court*;
- b) para a Escócia, um *Sheriff*, e
- c) para a Irlanda do Norte, um julgador de paz, um *Resident Magistrate* ou um juiz do *Crown Court*.

A autoridade judiciária de execução referida no n.º 2 do artigo 6.º da decisão-quadro será:

- a) na Inglaterra e no País de Gales, um *District Judge (Magistrates' Court)* designado pelo *Lord Chancellor*;
- b) na Escócia, o *Sheriff* de Lothian and Borders; e
- c) ,na Irlanda do Norte, um juiz de um *county court* ["tribunal de primeira instância"] ou um *Resident Magistrate* designado pelo *Lord Chancellor*.

Notificação nos termos do n.º 2 do artigo 7.º

A autoridade central designada para assistir as autoridades judiciárias competentes será:

- a) para o Reino Unido:
National Criminal Intelligence Service
PO BOX 8000
UK - London SE11 5EN: e
- b) nos casos em que se saiba que a pessoa objecto do mandado se encontra na Escócia:
Scottish Crown Office
25 Chambers Street
UK - Edinburgh EH 1 1LA

Notificação nos termos do n.º 2 do artigo 25.º

A autoridade designada para a recepção dos pedidos de trânsito e dos documentos necessários, bem como para toda e qualquer correspondência oficial relacionada com os pedidos de trânsito será::

National Criminal Intelligence Service
PO Box 8000
UK - London SE11 5EN

O Reino Unido não tenciona fazer quaisquer notificações nos termos do n.º 1 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 28.º da decisão-quadro.

(fórmula de cortesia)

(assinado) John GRANT